

## Julia Pardoe, uma inglesa no Mosteiro da Batalha em 1827

Pedro Redol\*

Entre os mais significativos relatos de visitantes do Mosteiro da Batalha anteriores à exclausuração, conta-se o de Julia Pardoe que ali esteve, por mais do que uma vez, em 1827. Destaca-se em relação a outros testemunhos importantes sobre o edifício e a sua comunidade como, por exemplo, o de James Murphy ou o de William Beckford, pelo sentido de observação das pessoas, tanto individualmente como em grupo. Na verdade, a autora de *Traits and Traditions of Portugal* dá provas de uma profunda humanidade e de uma presença e independência de espírito invulgares. Ao ler o texto que dedica à Batalha, não podemos deixar de apreciar a maneira como, na condição de mulher do seu tempo, transformou verdadeiras limitações em grandes virtualidades, ganhando a consideração alheia através do respeito pelo outro. Apesar de, em nossa opinião, sobressair o testemunho de tolerância e clarividência, não há dúvida de que Julia Pardoe também nos legou informações preciosas acerca do Mosteiro da Batalha e do território em que se inscrevia, devolvendo-nos, por momentos, a uma época irremediavelmente consumada.

*Traits and Traditions of Portugal. Collected during a Residence in that Country*, obra em dois volumes, publicada em Londres em 1833 e reeditada em Filadélfia no ano seguinte, da autoria de Julia Pardoe, foi já objecto de estudo por parte de Maria Luísa Fernandez Alves, na monografia *O Portugal de Julia Pardoe*, publicada pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, em 1989. Limitar-nos-emos, aqui, a aduzir algumas informações indispensáveis e a comentar o capítulo do primeiro volume “An Estralagem [sic] and a Monastery”, bem como a apresentar a sua tradução anotada.

---

\* Técnico superior do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Em Janeiro de 1827, Julia Pardoe chegava ao porto de Lisboa acompanhada pela mãe e pelo pai, major veterano da Guerra Peninsular e da batalha de Waterloo, que integrava as tropas do general William Clinton destinadas a sustentar o avanço da causa miguelista, numa expedição que viria a ser inconsequente, razão pela qual viria a retirar-se em Abril do ano seguinte.

Sabe-se mais sobre a obra do que sobre a vida da autora e praticamente apenas pela curta notícia de Elisabeth Lee, na abertura do primeiro volume da obra de Pardoe, reimpressa em 1887, *The Court and Reign of Francis the First, King of France*, e republicada e ampliada no *Dictionary of National Biography*, em 1895. Juntamente com aquela primeira notícia, foi dado à estampa um belo retrato da autora, gravado por Samuel Freeman, em 1849, segundo um desenho de J. Lilley (Fig. 1).



Fig. 1- Retrato de Julia Pardoe, segundo um desenho de J. Lilley executado em 1849.

Nascida em 1806, Julia Pardoe era, segundo o testemunho de Elisabeth Lee, “uma mulher afável, particularmente brilhante e animada; uma excelente contadora de histórias e, não obstante os seus talentos literários, exímia nas artes do lar. Hall [*Book of Memories*, p. 376] descreve-a em 1826 como ‘uma menina risonha e solar, com pés de fada e cabelos louros’, afirmando que nunca admitiria ter passado a idade da juventude e que, em 1856, ainda se esforçava por manter a vivacidade dos dezoito anos”<sup>1</sup>. Em relação à educação recebida, é a própria escritora que dela fugazmente nos fala, no primeiro capítulo de *Traits and Traditions of Portugal*, quando se refere aos seus conhecimentos de língua portuguesa:

<sup>1</sup> Elisabeth Lee, “Julia Pardoe”, in *Dictionary of National Biography*, vol. XLIII, Nova Iorque/Londres, 1895, p. 201.

O facto de ter rapidamente adquirido conhecimento da sua língua, suficiente para os compreender e com eles entabular conversação, em breve me valeu os corações da maior parte dos portugueses com quem contactei. Por muitos defeitos que tenham, nunca são insensíveis a qualquer esforço que se faça para lhes agradar ou os conciliar. A circunstância de ter sido educada num convento no Continente e de ser perfeitamente versada na maior parte das suas observâncias religiosas levou a que invariavelmente deduzissem que era católica, abrindo-me as portas de muitos conventos e mosteiros que se encontram hermeticamente fechados ao visitante ocasional. E quantas horas felizes passei diante da grade do convento a falar com as pálidas freiras com ar de andorinhas, respondendo a perguntas por vezes tão simples que, até a mim, faziam sorrir pela sua puerilidade, ou tentando entretê-las com a descrição dos modos do meu próprio país, numa mistura de mau português e italiano! <sup>2</sup>

Com base nestas asserções, tem-se, por vezes, admitido que Julia Pardoe tenha sido educada num qualquer convento italiano. Tal possibilidade não é de desprezar dada a relação com a língua italiana de que a escritora faz prova ao traduzir o poema *La Peste*, de Sorelli, publicado em versão bilingue em 1834. Porém, uma questão se coloca: o que teria levado uma família inglesa a optar pela educação de uma sua filha em ambiente católico? Elisabeth Lee regista ser voz corrente que a família do pai tinha origem espanhola, o que pode explicar semelhante escolha. Uma certa confusão com a língua castelhana em várias expressões que apresenta como portuguesas em *Traits and Traditions of Portugal* revela o contacto também com aquele idioma. Independentemente destas circunstâncias, o pai foi, sem dúvida, uma figura muito marcante na sua vida como acusa a dedicatória de *The Court and Reign of Francis the First*: “Ao meu amado Pai, protector da infância, guia da meninice e amigo dos anos mais maduros, são estes três volumes muito afectuosamente dedicados.”

Parte das tropas de William Clinton estacionou nos fortes de S. Julião da Barra e do Bugio, dirigindo-se as restantes para Coimbra, no início de Fevereiro, para aí se estabelecerem como corpo de reserva do exército constitucional. Em Março estiveram em Leiria. A caminho desta cidade, Julia Pardoe, visitou o Mosteiro da Batalha, acompanhada por alguns cavalheiros da comitiva, a ele regressando várias vezes enquanto se encontrou em Leiria.

---

<sup>2</sup> Julia Pardoe, *Traits and Traditions of Portugal. Collected during a Residence in that Country*, vol. 1, Londres, 1833, pp. 2-3.

A narrativa de *Traits and Traditions of Portugal* consiste na descrição do que a autora presenciou, em que intercala o que denomina por “anedotas” e “lendas”. As primeiras distinguem-se das segundas por serem de veracidade garantida, quer tenham sido presenciadas, quer simplesmente escutadas.

No capítulo de que aqui nos ocupamos, após uma curta descrição da estalagem em que pernitoou antes de chegar à Batalha, bem como do bivaque instalado a par da mesma, Julia Pardoe relata duas “anedotas”: primeiramente, a do estalajadeiro que constava ser também chefe do bando que ameaçava os respetivos hóspedes; em segundo lugar, a dos ladrões “honestos” que devolviam o que pediam emprestado. Segue-se a interpolação de um parágrafo, sem qualquer utilidade para a economia do texto, sobre as condições das prisões portuguesas, cuja razão procuraremos averiguar mais adiante.

A narração é retomada com a descrição da viagem até à Batalha e da primeira visita ao seu Mosteiro, com as dificuldades inerentes à condição de mulher num convento masculino. Uma lenda, aliás notabilizada pela literatura romântica portuguesa, a que daremos a devida atenção mais adiante, completa a descrição do edifício e da sua história. Acrescentam-se ainda dados de história recente, em relação ao que abunda o repúdio pela destruição e o vandalismo, durante a Guerra Peninsular, perpetrado tanto por franceses como por ingleses. O capítulo continua numa longa “anedota” sobre Frei Lourenço, o frade assassino, habilmente ligada à subsequente narração pelo facto de o mesmo se encontrar entre os anfitriões de uma das visitas que Julia Pardoe faz ao Mosteiro, na companhia de duas senhoras portuguesas. É a insegurança, gerada sempre pela presença de criminosos, quer dentro do convento, quer fora dele, que cria as condições para a aventura de que a escritora é, afinal, a protagonista, num ambiente tipicamente gótico, especialmente no caso de Frei Lourenço. Neste contexto, um relato ouvido pode enriquecer-se a bel-prazer da autora.

A obra de Pardoe é, no essencial, um testemunho de tradições e costumes apresentado em ambiente de aventura, que é relatada na primeira pessoa. Contrariamente ao que verificamos na obra de William Beckford relativa à Batalha, não existe aqui dimensão poética. Por outro lado, a componente ficcional é limitada. Atravessa o discurso o fascínio por um mundo em extinção, em que conventos e mosteiros assumem um papel preponderante e paradoxal, enquanto depositários de uma história e um património sem par, por um

lado, e como reprodutores de uma mentalidade obscurantista, repressiva e hipócrita, por outro lado. Declaradamente à margem daquilo que, no seu caso, considera que seria presunçoso, impertinente e pouco feminino – o ensaio científico ou político –, a autora assume o carácter pessoal do relato, logo nas primeiras linhas do prefácio<sup>3</sup>. É, no entanto, esta atitude que lhe vale a diferença em relação a tantos outros autores que escreveram sobre o Mosteiro da Batalha: da sua posição de mulher, oriunda de uma cultura contrastante, mas educada em ambiente afim do das casas de religião portuguesas, Julia Pardoe, derrama um olhar, a um tempo compreensivo e crítico, sobre as virtudes e os vícios dos portugueses. Uma tal diferença só foi possível graças ao conhecimento da língua lusa, ainda que praticamente apenas ao nível da oralidade.

O testemunho de Julia Pardoe é ainda um documento especial para a história do Mosteiro da Batalha, uma vez que é vivificado pela experiência individual. De certa forma, com ela viajamos até ao último elo de uma cadeia multissecular, rompida poucos anos após a sua estadia em Portugal, quando o convento foi extinto – na verdade, apenas um ano após a publicação de *Traits and Traditions of Portugal*.

O primeiro elemento interessante deste legado diz respeito ao modo como então se chegava à Batalha, vindo de Sul, pela Estrada Real construída em finais do século XVIII e então equipada com estalagens que integraram o serviço da mala-posta de Lisboa a Coimbra, ainda que apenas até 1803. No tempo de Julia Pardoe, a já velha estalagem da Venda dos Carvalhos (fig. 2), que denomina de barracão, encontrava-se, tanto quanto é possível apurar, arrendada a um particular<sup>4</sup>, sendo provavelmente menos apetecível do que no começo da sua existência. Ainda que muito alterados pela adaptação sucessiva a lagar, garagem e moradia, conservam-se, na actualidade, importantes vestígios do edifício descrito pela escritora, que dele fazem um dos elementos da paisagem histórica a que pertence o próprio Mosteiro da Batalha<sup>5</sup>.

Não tendo seguido a Estrada Real em direcção a Leiria e passado pela Calvaria, pois, conforme diz, desviou-se da mesma, atalhou certamente pe-

---

<sup>3</sup> Julia Pardoe, *Traits and Traditions...*, vol. I, p. V.

<sup>4</sup> Godofredo Ferreira, *A Mala-Posta em Portugal. Algumas Notas para a sua História*, Lisboa, Publicidade e Propaganda dos CTT, 1946.

<sup>5</sup> O que resta deste interessante edifício foi-nos gentilmente mostrado pelo Sr. Armindo Vieira, que o publicou em *Pequena Monografia das Pedreiras. Contributos para uma História*, Pedreiras (Porto de Mós), 2007, p. 69-76, e em *Pedreiras – A sua História e Outras Histórias*, p. 26 a 31.



Fig.2a- Restos da fachada exterior da antiga Estalagem dos Carvalhos, nas Pedreiras, concelho de Porto de Mós, em 2015.

los caminhos representados no Mappa Topographico de 1791<sup>6</sup>, através de Casais de Baixo, Tojal e Quinta do Sobrado.

O já referido caso dos ladrões “honestos”, ocorrido a um amigo da família Pardoe, “que há muito residia no país, tendo-se casado com uma senhora portuguesa”, diz respeito com certeza a William Young, oficial britânico e agente da companhia londrina de seguros Lloyds, que residiu em Leiria entre 1814 e 1828, tendo desposado uma portuguesa em 1811. Em

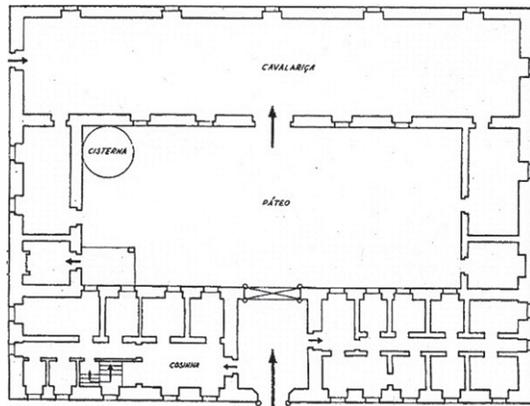


Fig. 2b- Planta da Estalagem dos Carvalhos, final do século XVIII.

<sup>6</sup> Instituto Geográfico Português, Cartas Antigas, 436.

Maio de 1828, foi preso com a acusação de ser pedreiro-livre, obtendo a libertação após dois julgamentos, com o compromisso de abandonar o país e de a ele não voltar. Relatou estes acontecimentos na obra *Narrative of the Persecution and Imprisonment, of William Young, Esq., H. P. British Service; with Sketches of the State of Society in that Country, under Dom Miguel, and the Priesthood*, que veio a lume em Londres, em 1833, o mesmo ano da publicação de *Traits and Traditions of Portugal*. Da certidão de encarceramento, que reproduziu a página 230, consta o nome da mulher, Maria José de Almeida e Silva<sup>7</sup>. É certamente esta senhora e uma sua prima, D. Rita, quem acompanha Julia Pardoe numa das visitas ao Mosteiro da Batalha. A inserção pouco propositada de um curto parágrafo sobre as condições das prisões portuguesas, a seguir à história dos ladrões “honestos”, deve-se certamente ao conhecimento da autora do testemunho de Young, que se alarga sobre este assunto entre as páginas 110 e 118 da sua obra.

Relativamente ao Mosteiro da Batalha, o relato de Julia Pardoe baseia-se no que viu e no que escutou, com bastante atenção, aliás, como verificaremos ao tratar a lenda da abóbada, mas não sem algumas imprecisões históricas e de nomenclatura. Aquilo que, no entanto, torna o seu texto mais interessante relaciona-se com o modo como os espaços conventuais eram ainda utilizados na época em que os visitou. Como mulher, não lhe foi concedido acesso imediato a mais do que a própria igreja, embora a companhia de cavaleiros de que usufruía lhe tenha valido a entrada, primeiro, na Capela do Fundador e na sacristia e, depois, na “parte de baixo dos claustros”. Noutra ocasião apresentou-se no Mosteiro, acompanhada de duas amigas, com a intenção de conhecer mais do edifício, o que lhe foi concedido apenas pelo facto de não ser católica; as amigas tiveram de sofrer excomunhão temporária. Mesmo assim, Julia foi a única que teve acesso à Capela das Horas, na extremidade sul do dormitório dos professores.

Uma vez que Julia Pardoe começou por ter acesso inicialmente apenas à igreja, teve que entrar com certeza por este edifício. No entanto, não é claro o local em que foi então oferecido o pequeno almoço aos visitantes. Quando diz que o Prior “arriscou um gracejo ou outro sobre o facto de estar a servir uma senhora no próprio coração do seu mosteiro”, poderia estar a referir-se à

---

<sup>7</sup>Devemos a chamada de atenção para William Young e a sua obra ao Dr. Luís Mourão. A esposa de Young pertencia à aristocracia Leiriense; cf. <http://www.familiasdeleiria.com/p57.htm#i7891>, acedido em 24 de Março de 2015.

mesma sala em que julgamos terem sido servidas refeições a William Beckford e à sua comitiva, em 1794, o chamado Capítulo Velho (a extremidade nascente da actual Adegas dos Frades), uma sala dotada de certa polivalência, numa zona de transição entre a portaria e o Claustro Real, reservado aos professores<sup>8</sup>.

Na segunda visita relatada, o jantar é servido na sacristia, certamente com a intenção de evitar a permanência de mulheres no espaço da clausura<sup>9</sup>. Em ambas as situações, Julia Pardoe estava acompanhada por cavaleiros, que na segunda ocasião fizeram menção, no final, de irem mandar “os cavalos para o portão”, uma alusão à porta do carro, junto à portaria, por onde certamente saíram. Em tempo de comunidade conventual, o atendimento habitual de leigos era feito na portaria, que se situava na face nascente do respectivo claustro, demolido na segunda metade do século XIX, juntamente com o da botica, a cujas instalações, em particular a enfermaria, Julia Pardoe também faz menção no contexto da história de Frei Lourenço<sup>10</sup>. Quando diz que o Prior não a deixaria “ver mais do edifício do que a parte de baixo dos claustros e a sala do capítulo”, devemos assumir que atravessou quatro claustros em vez dos dois actuais.

Algumas informações dadas pela autora a respeito do Mosteiro da Batalha são especialmente importantes pelo facto de serem raras ou até únicas no conjunto das fontes históricas conhecidas. A primeira de todas refere-se ao retábulo do altar situado aos pés do túmulo de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, que se adivinha na gravura de W. Wallis, segundo uma pintura de James Holland, realizada em 1837 e publicada dois anos mais tarde, em Londres, por W. H. Harrison, na obra *The Tourist in Portugal* (fig. 3). É descrito como “um altar portátil que sempre acompanhava D. João em batalha”. A tradição de um altar de campanha, eventual despojo do exército castelhano, existe em relação ao retábulo da Paixão de Cristo que se encontra na ermida

---

<sup>8</sup> Pedro Redol, “William Beckford e o Mosteiro da Batalha: paixão de uma vida”, in *Batalha – Viagem a um Mosteiro Desaparecido com James Murphy e William Beckford*, Batalha, Centro do Património da Estremadura/Folheto Edições & Design, 2011, p. 127-130.

<sup>9</sup> Este uso, certamente posterior à Terceira Invasão Francesa, altura em que a sacristia foi transformada em cozinha pelos invasores, documenta-se já na obra de William Morgan Kinsey, *Portugal Illustrated*, Londres, 1828, p. 421.

<sup>10</sup> Sobre este assunto ver, especialmente pela reconstituição arquitectónica, Pedro Redol e Nídia Vieira, “Dois claustros desconhecidos do Mosteiro da Batalha”, in *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 3, Leiria, Textiverso, 2014.

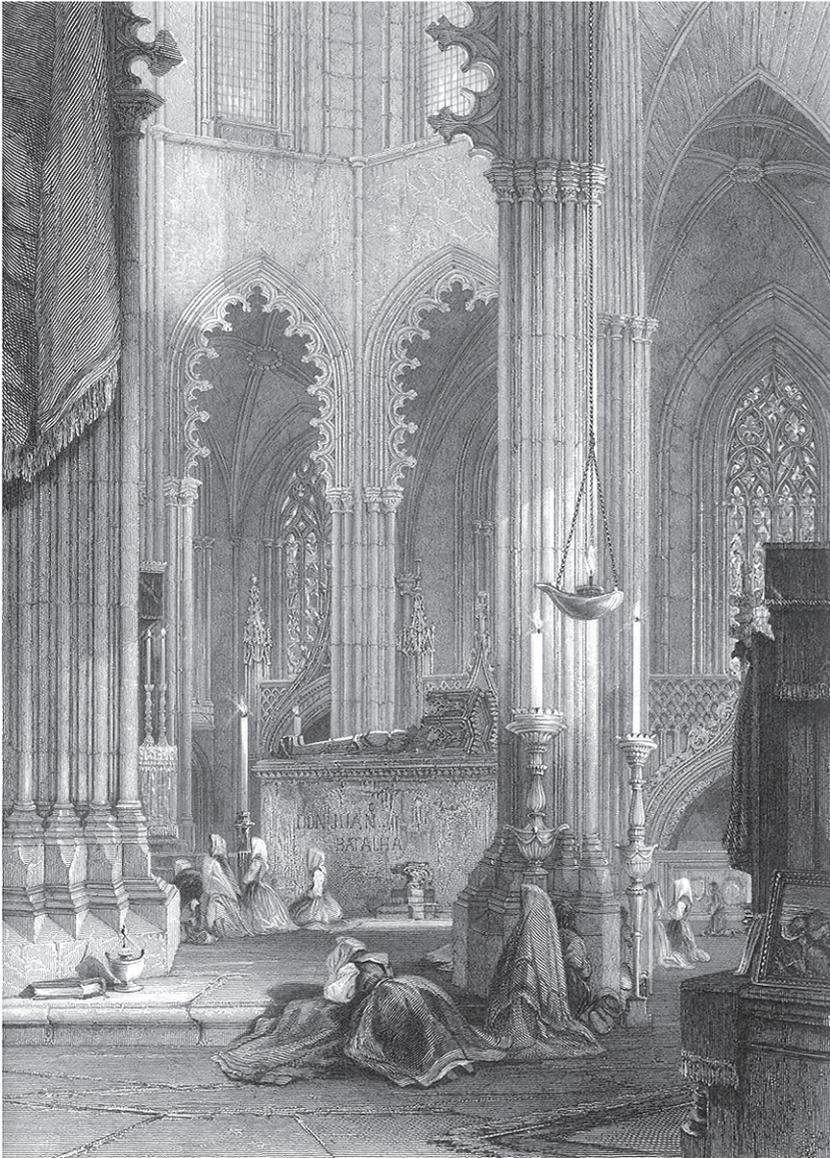


Fig. 3- Mulheres em oração junto ao altar do túmulo de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, na Capela do Fundador do Mosteiro da Batalha, segundo uma pintura de James Holland executada em 1837.

de Santo Antão, na Faniqueira, junto à Batalha. Trata-se de uma produção de Antuérpia, datável de c. 1430, oferta provável de Isabel de Borgonha ao Mos-

teiro da Batalha<sup>11</sup>. A portabilidade é relativa e a cronologia discordante da da Batalha Real. O retábulo referido por Julia Pardoe existiu efectivamente, como prova o inventário de 1823, em que se descreve “a Capella Real [do Fundador], onde se acha hum altar antigo com hum oratorio portatil, que contem as imagens do apostolado”<sup>12</sup>. Talvez se tratasse de uma obra de estrutura idêntica à que se conserva na ermida de Santo Antão, cujas esculturas são fixadas à base do retábulo através de espigões de madeira não colados, o que permite retirá-las com certa facilidade.

Em relação aos vitrais, diz:

À esquerda do altar-mor, há outra janela que me pareceu extremamente curiosa. Nela são representadas três figuras, uma vestida de seda, a outra com uma armadura e outra de sarja. Parece tratar-se de um teste às capacidades da arte e a verdade é que o efeito dos diferentes trajes e a grande dissemelhança de carácter dos drapeados é espantosa.

É assinalável a sensibilidade da escritora ao carácter realista da pintura sobre vidro que se pode observar ainda nos painéis das frestas da capela-mor. Diversas fotografias datadas entre 1847 e 1905, revelam que, nas janelas de ambos os braços do transepto voltadas a nascente, estiveram colocados alguns dos vitrais que hoje se encontram nas frestas, de onde possivelmente haviam sido retirados quando foi instalado o já desaparecido retábulo-mor de finais do século XVIII. Uma vez que as janelas do transepto em que se vêem os painéis antigos já são fruto do restauro iniciado em 1841, é possível que alguns deles proviessem das janelas laterais da capela-mor. A figura com armadura que Julia Pardoe refere é certamente o rei de armas que se encontra actualmente numa das frestas, acima do retrato da rainha D. Maria de Castela, mulher de D. Manuel I, localizada já, numa fotografia atribuída a Vigé & Plessix<sup>13</sup>, numa das janelas do braço sul do transepto.

---

<sup>11</sup> Cf. Pedro Dias, “Retábulo da Paixão de Cristo”, in *O Brilho do Norte – Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal (época manuelina)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 165-166.

<sup>12</sup> Publicado por Saul António Gomes, “O convento em 1823 e 1834”, in *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte*, Leiria, Edições Magno, 1997, p. 237-248.

<sup>13</sup> Disponível em [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/TH\\_christina/icon325560/icon1028019.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon325560/icon1028019.htm), acedido em 27 de Março de 2015. A investigação sobre este assunto deve-se a Orlando Jorge que muito amavelmente no-la disponibilizou.

Da livraria conventual, pilhada em 1808 e incendiada em 1811, pelas tropas de Napoleão Bonaparte aquarteladas no Mosteiro, dá-nos Julia Pardoe notícia ao referir “manuscritos valiosos e volumes antigos” que escaparam à fúria do invasor por terem sido escondidos no tardo do retábulo acima referido, junto ao baldaquino. Podemos adivinhar que tal tivesse sido feito através de uma escada que, em idênticos dispositivos, dava acesso ao trono eucarístico onde se expunha o Santíssimo em determinadas ocasiões. Não temos hoje qualquer conhecimento do paradeiro de tão importantes peças da livraria. Na história de Frei Lourenço, porém e como seria de esperar, a escritora parece ter dado largas à imaginação, pelo menos, no que diz respeito ao cárcere e aos subterrâneos por baixo da igreja. Não se conhece aqui qualquer estrutura abaixo do nível do solo, além de um espaço entulhado diante da Capela de S. Miguel, detectado em sondagens por georradar (que aguardam publicação) a que se supõe corresponder uma inscrição muito mutilada embutida na parede fronteira do transepto, que segundo Saul António Gomes e António Manuel Rebelo se refere à trasladação do corpo de D. Filipa de Lencastre de Odiveelas para a igreja da Batalha<sup>14</sup>. Em todo o caso, a localização de um cárcere sob a igreja seria bastante improvável.

Pelo contrário, a visita à capela onde se encontrava uma imagem de Nossa Senhora que escapara incólume ao fogo posto pelas tropas francesas, no início de 1811, corresponde ao conhecimento que, por outras fontes, temos da Capela das Horas, demolida, juntamente com o Claustro da Portaria e o da Botica, durante as obras de restauro da segunda metade do século XIX. A imagem era uma das duas descritas – a de Nossa Senhora e a de S. Domingos –, naquele espaço, no manuscrito anónimo de meados do século XVII, *O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, publicado em Braga, em 1868. O inventário de 1823, referido na nota 12, reza: “Na caza da Senhora das Horas no principio do dormitório real se acha tambem hum altar com a imagem de Nossa Senha em pedra, que tudo foi arruinado e destruido pellos francezes, e defronte se acha huma imagem de Sam Domingos de pedra colocada em huma peanha”. A capela situava-se no extremo sul do dormitório dos professos, junto à cela do prior, dando para o Claustro Real através de uma escadaria que desembocava num imponente portal, situado entre a sala capítulo e a Adega dos Frades, também ele desmontado no final do século

---

<sup>14</sup> Saul António Gomes e António Manuel Rebelo - “O primeiro epitáfio latino de D. Filipa de Lencastre no Mosteiro da Batalha”, in *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, nº 46, 2008, p. 177-192.

XIX. O percurso descrito por Julia Pardoe, desde a sacristia até à Capela das Horas, que, de facto, era um espaço muito reservado no seio da clausura, é coerente com a sua localização.

Conforme dissemos acima, uma lenda completa a descrição que a escritora faz do Mosteiro. O facto de nos ajudar a reconstituir o percurso da famosa lenda da abóbada, publicada por Alexandre Herculano, na revista *O Panorama*, em 1839, justifica que lhe dediquemos algumas linhas. Julia Pardoe recolhe uma lenda que, segundo Frei Luís de Sousa, se contava já no seu tempo:

He fama, que ao tempo que se fabricava, cahio duas vezes ao tirar do simples com dano de officiaes, e el-Rei desejando, que todavia ficasse a casa sem o desar de colunas em meio, prometeo mercês ao Arquitecto; as quaes o fizeram espertar de sorte, que tornando-a a fechar afirmou que teria melhor successo; porém ao tirar da madeira do simples dizem, que não quis el-Rei arriscar os officiaes, e mandou vir das prisões do Reino alguns homens, que estavam sentenciados a grandes penas, pera que sobre eles cahisse o terceiro dano quando succedesse.<sup>15</sup>

A versão apresentada pela escritora substitui a parte final pelo acto heróico do arquitecto – que se coloca sob a abóbada durante a remoção dos cimbres –, nomeando-o e identificando-o com a representação do mestre-de-obras existente numa mísula. A referência a Afonso Domingues é profundamente significativa e mostra que a comunidade conventual estava a par dos avanços historiográficos sobre o edifício.

No mesmo ano em que Julia Pardoe se encontrou na Batalha, foi publicada, pela Academia Real das Ciências, a *Memoria Historica sobre as Obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria*, de Frei Francisco de S. Luís. Trata-se da primeira investigação sobre a história da construção do edifício, realizada durante a primeira reclusão do autor no Mosteiro da Batalha, logo a seguir ao regresso de D. João VI a Portugal, em Abril de 1823. Ali teve ocasião de ler numerosos documentos do cartório, que transitariam para a Torre Tombo, após a extinção do convento. Não deixando de citar Frei Manuel dos Santos, segundo o qual “chamou-se o Mestre da obra Affonso Domingues, natural de Lx<sup>a</sup> na freguesia da Magdalena”<sup>16</sup>, Frei Francisco de

<sup>15</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, I parte, livro VI, Lisboa, 1623; nova edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão Editores, 1977, p. 648.

<sup>16</sup> Frei Manuel dos Santos, *Monarchia Lusitana*, oitava parte, cap. 44, fls. 1109-1110, códice do Fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional de Portugal.

S. Luís faz a primeira referência à única prova documental conhecida, com data de 27 de Dezembro de 1402, da existência de Afonso Domingues como mestre da obra do Mosteiro, já finado, aliás, nessa altura<sup>17</sup>. O rigor investigativo vai de par com a preocupação de afirmação dos valores nacionais, não salvaguardados, segundo o escritor, por Frei Luís de Sousa, nem pelos que o sucederam:

Este silencio, ou descuido do chronista, e a ligeireza, e incerteza com que fallarão do assumpto outros alguns escriptores, junta com a estranha negligencia de nossos naturaes sobre as cousas da pátria, e com a latitude, que as palavras de Fr. Luiz de Souza parece darem a conjecturas e arbitrios, tem sido causa de que a presunção, e o orgulho estrangeiro se hajão arrogado a gloria da primeira traça, e lavor deste soberbo edificio, não apparecendo portuguez algum, que saia pelo credito da Nação, e havendo muitos, que ou por sobejo affecto ás cousas alhêas, ou por outros motivos ainda mais reprehensíveis, acquiescem facilmente a opiniões aventuradas com pouco fundamento, e sustentadas com menoscabo dos Portuguezes.<sup>18</sup>

As palavras do escritor respondem ao grande interesse de alguns antiquários ingleses no Mosteiro da Batalha, durante a segunda metade do século XVIII, que levou, em particular, William Conyngham a incumbir o architecto James Murphy de realizar um extenso levantamento gráfico do edifício e de procurar provar a identidade inglesa do seu primeiro projectista. Não lograria alcançar este último objectivo, o que não o impediu de divulgar as suas suposições sobre o assunto em *Travels in Portugal*, em 1795:

Segundo aqueles que se julga terem informação dos registos conservados no Arquivo Real de Lisboa, o nome do architecto da igreja era Stephen Stephenson, um inglês. Os Freis *Cacegas* e *De Suisa* [sic],<sup>19</sup> que escre-

---

<sup>17</sup> O documento, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro da Batalha, lv. 4, doc. 142, foi publicado por Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, vol. I, Lisboa, 1899, p. 288-289, e por Saul António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVIII)*, vol. I, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 57-58.

<sup>18</sup> Frei Francisco de S. Luís, *Memoria Historica sobre as Obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria*, Lisboa, 1827, p. 9-10.

<sup>19</sup> A *História de S. Domingos*, referida na nota 14, foi preparada por Frei Luís de Cácegas e redigida por Frei Luís de Sousa.

veram a História da Batalha com grande rigor, calam-se a este respeito mas informam-nos de que o Rei, desejoso de edificar um mosteiro superior a qualquer outro na Europa, convidou de países distantes os arquitectos mais famosos que se pudessem encontrar. Uma vez que a arquitectura gótica florescia ao tempo em Inglaterra, não é improvável que alguns artistas pudessem ter abraçado o convite de tão liberal Príncipe, especialmente porque a sua consorte, a rainha Filipa, uma Princesa dotada de muitas qualidades amáveis, era a filha mais velha de John of Gaunt, Duque de Lancaster, filho de Eduardo III.<sup>20</sup>

O testemunho de Julia Pardoe mostra, no entanto, que, no ano da sua visita, a identidade do primeiro arquitecto era já bem conhecida de quem a guiou pelo Mosteiro. E Alexandre Herculano aproveitou este conhecimento para engrandecer os feitos dos Portugueses, caracterizando Afonso Domingues como um velho mestre retirado do estaleiro, opondo-o a Huguet, arquitecto estrangeiro incapaz de concluir a obra, e desenvolvendo a cena final numa apoteose de morte que converte o protagonista em herói e sacraliza o lugar, à maneira de transposição de um mito clássico para o imaginário neogótico.

Na história ulterior, a afirmação nacionalista de que procede a última versão da lenda da abóbada teve os seus entusiastas e detratores. Entre estes últimos, conta-se Ramalho Ortigão, que, ainda em 1896, desenvolve uma longa diatribe contra Frei Francisco de S. Luís, acusando-o de estreiteza de vistas e voltando a defender a origem estrangeira do primeiro arquitecto<sup>21</sup>. Dois anos mais tarde, Sousa Viterbo publica o documento de 1402, já referido. Embora o nome de Huguet aí apareça também, a delimitação da sua intervenção no estaleiro da Batalha e a correspondente classificação como testemunho do Gótico Internacional apenas teriam lugar com Mário Tavares Chicó, em 1954<sup>22</sup>. Neste âmbito, concluiu-se que a abóbada da sala do capítulo devia ser atribuída à traça de Huguet mas a origem deste arquitecto só viria a ser convincentemente defendida em 2011, por Jean-Marie Guillouët,

---

<sup>20</sup> James Murphy, *Travels in Portugal*, Londres, 1795, p. 44.

<sup>21</sup> Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1896, p. 24-46.

<sup>22</sup> Mário T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 4ª edição, 2005, p. 128-139.

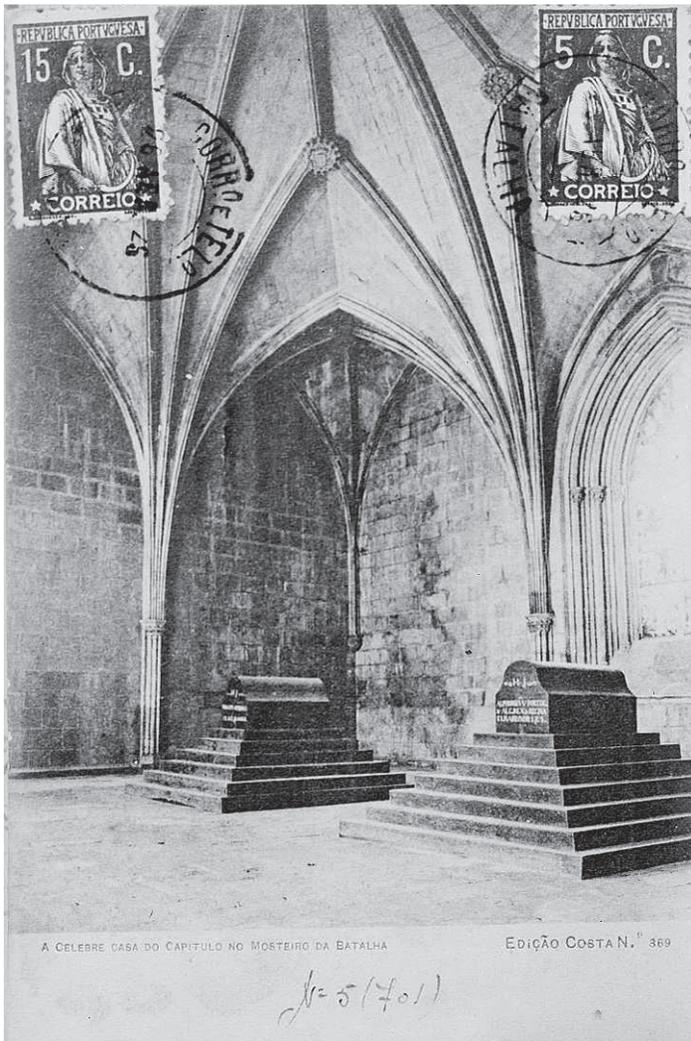


Fig. 4- Fotografia mostrando os túmulos de D. Afonso V e de sua mulher, e do príncipe D. Afonso, no interior da sala do capítulo do Mosteiro da Batalha, em data anterior a 1901.

que inscreve a gênese da sua obra nos círculos da Catalunha e das suas relações com o norte de França<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Jean-Marie Guillouët, "Santa Maria da Vitória de Batalha (Portugal). L'Art Européen à ses confins", in *Revue de l'Art*, n° 168, 2010, p.31-44.

Quanto à sala do capítulo, Julia Pardoe fala-nos ainda da sua função de mausoléu de D. Afonso V e de sua mulher, bem como do príncipe D. Afonso, seu neto. Os sarcófagos que observou foram os que a comunidade se viu obrigada a mandar fazer para dar abrigo aos despojos profanados pelas tropas francesas, em 1811, anteriormente depositados em arcas de maior aparato<sup>24</sup>. Desta disposição conhecemos uma fotografia (fig. 4), anterior a 1901, ano em que os restos mortais dos monarcas e do príncipe foram trasladados para os túmulos neogóticos embutidos na parede poente da Capela do Fundador.

No próximo número apresentaremos a tradução do texto de Julia Pardoe.

---

<sup>24</sup> Cf. William Morgan Kinsey, *op. cit.*, p. 424. A tampa da arca de D. Afonso V e de sua mulher, e a arca do príncipe D. Afonso, todas de pedra, encontram-se na reserva museológica do Mosteiro da Batalha, tendo, respectivamente, os números de inventário MB170 e MB171.